



A INSERÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Zaira de Andrade LOPES¹
Cleber César Gamarra do NASCIMENTO²

Resumo: A educação infantil historicamente configurou-se como um espaço feminino, no qual a figura masculina é de certo modo excluída. Para tanto, o presente estudo propõe a análise da inserção do professor na educação infantil, na perspectiva das relações de gênero. O objetivo foi analisar os fatores sociais e culturais que envolvem a inserção e o trabalho do professor na educação infantil para compreender a exclusão e discriminações que envolvem o profissional masculino em salas de aula com as crianças de zero a cinco anos de idade. Constatou-se que a discriminação e o preconceito ainda fazem parte da sociedade no tocante à presença de um homem na educação infantil. O estudo evidencia a necessidade de reflexões e ações para a eliminação da postura de exclusão e discriminação do masculino no contexto na educação de crianças pequenas.

Palavras-chave: Gênero. Professor na educação infantil. Formação de professores. Masculinidades.

¹ Professora Adjunta UFMS. zairaal@gmail.com

² Acadêmico curso de pedagogia/UFMS. cleber9bob@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre a noção de gênero e a educação infantil está cada vez mais presente no cotidiano escolar, uma vez que é um assunto que envolve alguns pontos de conflitos, dentre eles o questionamento de familiares e da sociedade como um todo sobre o trabalho do professor nesta modalidade de ensino da educação básica. Existe a compreensão de que o cuidar e o educar de bebês e crianças pequenas não são tarefas masculinas. Desse modo, considerando tais atribuições como tarefas femininas, historicamente a educação infantil foi se configurando em um espaço eminentemente de professoras.

Pensando na complexidade do assunto, este estudo versará sobre a compreensão papel do professor de educação infantil e as implicações no contexto escolar, sob o ponto de vistas dos professores, para tanto abordará algumas categorias para sustentação teórica. Inicialmente apresenta-se o conceito de gênero, na sequência pela compreensão da categoria masculinidades e implicações nas atividades da educação infantil, e a perspectiva da sexualidade que orientará a análise da temática proposta.

Gênero é uma categoria teórica que vem se definindo a partir de estudos de vários pesquisadores, bem como dos debates realizados nos diferentes movimentos sociais das questões dos direitos humanos e especificamente no movimento feminista. Conforme Lopes (2000) gênero é, também, uma categoria de análise que tem merecido grandes investimentos e alvo de atenção de muitos pesquisadores do desenvolvimento infantil.

2 COMPREENDENDO A NOÇÃO DE GÊNERO

Segundo Grossi (2011) o conceito de gênero inicialmente utilizado por pesquisadoras norte-americanas que usavam o termo “gender” para falar das origens sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres, enfatizando a construção social. Essa ênfase, conforme a autora, não é gratuita e realmente não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e de mulheres, apesar das regras sociais baseadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos utilizadas em exemplos como: mulher não pode levantar peso ou então, homem não tem jeito para cuidar de criança. Tal concepção é notadamente referendada pela perspectiva teórica essencialista, conforme descrita por Yannoulas (1994). Esta tendência explicativa surge

no século XIX e permeia a subjetividade social na atualidade, definindo que a biologia é o fator determinante das essências masculina e feminina, de modo que os comportamentos humanos possam ser explicados em termos de hereditariedade genética e de funcionamento fisiológico.

Retomando Grossi (2011), em seu trabalho esta pesquisadora aponta que parte das mulheres queimadas como bruxas pela Inquisição, fazia ciência e lidava com plantas e processos de cura e segundo afirmações da antropologia feminista, essa explicação da ordem natural não passa de uma formulação ideológica para justificar comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. Nas sociedades ocidentais a biologia é uma explicação bastante ideológica uma vez que aprendemos que ela, por ser uma ciência, tem valor de uma verdade incontestável.

Grossi (2011) apoia-se em Jane Flax, uma das teóricas feministas pós-modernas que afirma que a ciência nasceu no Ocidente com o Iluminismo e que ela possibilita dar explicações consideradas neutras e objetivas para as relações sociais. Contudo, aprende-se desde cedo os valores construídos no Ocidente desde o final da Idade Média que refletem somente uma parte do social: a dos homens, brancos e heterossexuais. Com isso, segundo a autora citada, as crianças aprendem que o homem com ‘h’ maiúsculo diz respeito à humanidade como um todo, incluindo homem ou mulher. No entanto para Grossi (2011) os estudos de gênero têm mostrado que a ciência trata apenas de uma parte dessa humanidade sob o ângulo masculino e que não foi por acaso que por séculos e séculos existiam pouquíssimas mulheres cientistas.

Assim, a autora afirma que o conceito de gênero no Ocidente está ligado ao de sexualidade promovendo uma grande dificuldade no senso comum de separar a problemática da identidade de gênero e a sexualidade marcada pela escolha do objeto de desejo do indivíduo.

Para Lopes (2000) Gênero deve ser compreendido em uma dimensão ampla, no plano das relações sociais. As relações de Gênero são constituídas socialmente. A noção de Gênero em seu sentido geral é cultural, construído a partir de relações sociais e históricas nas quais o sujeito está envolvido. E conforme Scott (1991) mudanças na organização das relações sociais estão, sempre, diretamente relacionadas às mudanças nas representações de poder, porém a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.

Lopes (2000) lembra que para Viezzer (1989) o vocábulo “gênero foi empregado de forma tradicional como sinônimo da indicação de sexo, ou seja, o fator biológico da

distinção entre machos e fêmeas, foi utilizado para se referir às diferenças impostas socialmente entre os traços característicos e papéis masculinos e femininos. Ela salienta que o termo “sexo é fisiológico, enquanto gênero, no seu sentido amplo, é cultural”. (VIEZZER, 1989, p. 107)

Carloto (2011) comenta que a categoria gênero se desenvolve por teorias do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender e responder, cientificamente, a desigualdade entre os sexos e como isso interfere na realidade e no conjunto das relações sociais.

A noção de gênero, conforme a autora tem um duplo caráter epistemológico, pois se, de um lado, funciona como categoria descritiva da realidade social concedendo uma nova visibilidade para as mulheres se referindo a várias formas de discriminação e opressão, de outro, como categoria analítica, como um novo esquema de leitura dos fenômenos sociais. Para ela, essa abordagem tenta desconstruir a relação entre as mulheres e a natureza e um conceito acionado para distinguir e descrever categorias sociais.

Conforme Kergoat (1996) citada por Carloto (2011), o conceito leva a uma visão sexuada dos fundamentos e da organização da sociedade baseada materialmente na divisão do trabalho na tentativa de pensar de forma particular o conjunto social num todo, uma vez que as relações de gênero existem e todos os lugares e níveis sociais. Sendo assim, tal abordagem se integra em uma visão abrangente da sociedade e é analisada em termos dinâmicos, uma vez que repousa em antagonismos e contradições.

Já Laurentis (1994) citada por Carloto (2011), em sua análise sobre o gênero partindo do eixo gramatical aponta que:

O termo gênero é uma representação não apenas no sentido de que cada palavra, cada signo, representa seu referente, seja ele um objeto, uma coisa, ou ser animado. O termo “gênero” é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. Gênero é a representação de uma relação (...) o gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer (...) Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe. (p. 210)

Conforme a autora, ainda apoiada na obra de Laurentis, as concepções de masculino e feminino, como todos nós somos classificados, formam um sistema de gênero, um sistema simbólico ou de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais, conforme valores e hierarquias sociais. Salienta ainda que os significados

variem de cultura para cultura, qualquer sistema de sexo-gênero é influenciado diretamente por fatores políticos e econômicos de cada sociedade.

Assim sendo, a construção cultural do sexo em gênero e assimetria que caracteriza os sistemas de gênero por meio de culturas diferenciadas, são vistas como ligadas sistematicamente às desigualdades sociais.

Lopes (2009) citando Laurentis (1987) quando esta estudiosa compreende gênero como *constructo* sociocultural e um *aparatus* semiótico. Ou seja, um sistema de representações que confere sentido aos indivíduos para a constituição de sua identidade e, entre outras propriedades, atribuir valores, prestígio, bem como a localização nas relações de parentesco e *status* na hierarquia social. Nesse prisma, permite a elaboração de uma forma imagética que irá promover ou implantar as representações de gênero. Para tanto, conforme afirma Carlotto (2011), se essas representações são posições sociais com significados diferenciados, o fato de uma pessoa ser representada ou representar o masculino ou feminino, subentende a totalidade dos atributos sociais.

Grossi (2011) explica que tudo o que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em uma cultura é considerado papel de gênero e estes papéis se transformam de uma cultura para outra, o que é defendido inclusive pela antropologia, que estuda a diversidade cultural humana e que tem mostrado que os papéis de gênero se diferem de um lugar para o outro em todo o planeta.

Gênero, como *constructo* social, coloca em relevo a perspectiva da desnaturalização dos atributos conferidos às diferenças sexuais e revela a autonomia da cultura frente aos impositivos biológicos. Nega-se o determinismo natural utilizado para explicar e justificar as diferenças entre os sexos. Lopes citando Saffioti (1999) assinala que esse conceito não se limita apenas a uma disposição de análise, mas que se afirma como categoria histórica. (LOPES, 2009)

Para Lopes (2009) o estudo das relações sociais na perspectiva de gênero possibilita identificar que, na sociedade patriarcal, também o homem sofre consequências da relação dominação-exploração, uma vez que lhe é cobrada cotidianamente uma postura de controle das situações, manutenção da racionalidade, papel de provedor e controle emocional, por exemplo, inibindo processos afetivos que social e historicamente foram designados à dimensão do feminino, conforme apontam, entre outros, Saffioti (2004) e Lopes (2000).

Lopes (2009) ressalta ainda que outro aspecto suscitado pelas análises de gênero refere-se ao fato de que, na divisão de tarefas masculina e feminina, coube às mulheres

a responsabilidade pela educação e formação da identidade de meninas e meninos, ou seja, atribuição vinculada ao espaço doméstico e familiar e à modalidade da educação infantil. Estas também de responsabilidade feminina. Para tanto, em virtude de tal configuração, contraditoriamente, passa a ser papel da mulher a perpetuação da própria subjugação, seja como mãe, ou professora na educação infantil, ou ainda como babás. (LOPES, 2000).

As pesquisadoras Claudine Santos e Maria Alves Bruns (2000) também chamam atenção para o papel de educadora infantil historicamente atribuído à mulher, e que a educação infantil representa a continuidade de tal função privativa do âmbito doméstico, legitimada, pela presença maciça de mulheres nas escolas infantis. (LOPES, 2009)

Compreender as atribuições e atividades masculinas e femininas na sociedade impõe, necessariamente a compreensão das masculinidades que mediam as relações sociais. Para tanto na sequência apresenta-se esta noção, que orientará as análises neste estudo sobre a inserção do professor na educação infantil.

2.1 AS MASCULINIDADES: O DISTANCIAMENTO DO HOMEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lopes (2000) propõe a reflexão sobre a participação de profissionais homens que atuam na educação infantil. Identificando a perspectiva de gênero na organização dos trabalhos nessa modalidade de ensino. Aponta que não é por acaso que essa categoria profissional é formada basicamente por profissionais do sexo feminino. Segundo estudo realizado por Campos, Patto, Mucci (1991), a participação masculina, se restringe aos cargos de diretor, vigia e zelador. Inexistente entre aquelas categorias que estão em relação direta com a criança, as pajens, as professoras, auxiliares de sala. Na pesquisa naquele período dos anos de 1990, como diretores das instituições de educação infantil, os homens aparecem na proporção de 5%. Entretanto essas autoras levantam hipóteses de que essa inexistência da figura masculina ligadas à ser educação da infância pode compreendida, tanto pelo atributo de trabalho “sujo”, de menor valor e significado, como pelos menores salários oferecidos para este trabalho. O cuidar é uma ação cotidiana na educação infantil e este se vincula ao feminino.

Souza (2010) mostra em seu estudo que tal realidade em duas décadas apresentou poucas alterações e cita o trabalho de Pascal, Bertram e Heaslip (1992) sobre

a inserção masculina na educação infantil ainda com índices em torno de 6%, conforme pesquisa realizada em onze países da comunidade europeia.

Segundo a pesquisadora, fundamentada no documento elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), publicado em 2002 pela UNESCO e Ministério da Saúde que trata da Educação e cuidado na primeira infância: grandes desafios, salienta que

O argumento que relaciona a escassez de homens, neste segmento, aos baixos salários e más condições de trabalho perde sua força ao verificar que esse fenômeno também ocorre em países cujas condições são melhores e os salários mais altos. Mesmo em países onde foram desenvolvidos programas específicos no sentido de atrair homens para o trabalho em instituições de educação e cuidado da primeira infância, como na Noruega, Dinamarca e Reino Unido, a participação masculina ainda permanece irrisória. (SOUZA, 2010, p. 20)

Souza (2010) registra que na Noruega em 2002 os índices indicavam cerca de 7% de profissionais do sexo masculino nesse setor da educação, ainda que a meta do Governo fosse a de atingir o patamar de 20% ainda no ano de 2000, proporcionando a chamada discriminação positiva desenvolvida em 1998, que beneficiava a inserção de profissionais masculinos nos serviços de educação de crianças pequenas.

No campo do debate sobre as questões pertinentes à divisão sexual do trabalho é oportuno lembrar o estudo de Hirata e Kergoat (2007) no qual estas pesquisadoras afirmam que a divisão sexual do trabalho é uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais existentes entre os sexos. E, além de ser um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos, que tem como características marcantes a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. E ainda, para essas estudiosas ocorre a apropriação ou a designação aos homens das funções de valor social mais elevado nos setores políticos, religiosos e militares. Salientam que dois princípios organizadores regem essa forma particular da divisão sexual do trabalho: o princípio de separação em que existe uma divisão entre trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e o princípio hierárquico que defende que o trabalho do homem vale mais do que o da mulher.

Campos, Patto, Mucci (1991) acrescentam, com ressalvas, outro argumento que parece mediar os discursos sobre a ausência do professor na educação infantil. No entanto este discurso aparece velado, nem sempre claro, verbalizado ou, ainda, quase nunca consciente, mas que permite a compreensão da reduzida participação masculina nessa faixa etária de educação. Trata-se da questão da sensualidade que impregna a

interação adulto-criança pequena. Esta pode ter origem tanto no contato corpo-a-corpo, quanto da importância que assume indicadores sensoriais: odores, temperatura, sons, entre outros.

Apesar de interdito, suspeitar a presença do desejo nessa relação, admite-se mais facilmente essa sensualidade na interação mulher-criança que na homem-criança. É como se a maternidade efetiva ou potencial de qualquer mulher impedisse, ou bloqueasse, a erotização de suas interações com a criança. As imagens de inocência e pureza ligadas à maternidade não aparecem extensivas à paternidade (CAMPOS, PATTO, MUCCI 1991, p. 54 e 55).

As autoras citadas salientam ainda, que quando homens se dedicam a estas atividades colocam sob suspeitas suas identidades masculinas e sobre sua moralidade. Belotti (1987) em seu trabalho sobre o processo de formação das identidades femininas e masculinas também chama a atenção, em seu trabalho, para esta questão.

Lopes (2009) em seus estudos sobre a questão da violência ressalta que as investigações que trazem a masculinidade como objeto de pesquisa iniciaram-se com mais intensidade e sob o prisma da noção de gênero em meados dos anos 1990, motivadas sob os mais diversos interesses, todavia com certo predomínio da temática da homossexualidade e da sexualidade. Percebe-se atualmente um crescente número de pesquisas que focaliza a área da saúde e os estudos acerca da violência doméstica. Noronha e Daltro (1991); Connell (1995 e 2001); Nolasco (1993); Machado (2001); Ceccheto (2004); Gomes (2005; 2003); Villela (2005); Schraiber, Gomes e Couto (2005); Gomes e Nascimento (2006).

Para Ceccheto (2004), os teóricos Carrigan, Connel e Lee são reconhecidos como pioneiros no desenvolvimento de pesquisas que trazem a masculinidade como linha de análise e concederam “aos estudos feministas o estatuto de modelo paradigmático que forneceu bases do que veio a ser posteriormente conhecido como estudos masculinos”. (CECCHETO, 2004, p. 75)

Lopes (2009) aponta que o mote da sexualidade masculina foi o eixo desencadeador dos estudos. Identificar as diferenças nas questões relacionadas ao cuidado e promoção da saúde requer identificar aspectos histórico-culturais como eixo para a compreensão da morbimortalidade masculina.

A categoria gênero não deve ser vista na perspectiva da composição da dualidade/dicotomia masculino e feminino, visto que o conceito pressupõe uma rede que interliga, além dos atores – homens e mulheres –, os elementos políticos, culturais, étnicos e econômicos, que permeiam as relações sociais e põem em evidência a

hierarquia advinda desses elementos interligados.

Em se tratando de gênero como uma construção histórica e social, a masculinidade é compreendida como um processo de construção social e cultural que vai ter o sentido vinculado ao tempo e ao espaço nos quais se configura. Compreender o masculino sob esse ponto de vista requer “desconstruir” o conceito de homem, calcado na perspectiva patriarcal, que consiste na imagem da virilidade, força e poder e promover a “construção social da masculinidade”.

Nolasco (1995) apresenta os estereótipos imputados aos homens e às mulheres, os comportamentos que se inscrevem como sendo masculinos e femininos e que a sociedade espera que sejam cumpridos. Poder, ascensão social, *status* e prestígio são expressões do masculino; enquanto necessidades afetivas seriam manifestações da porção feminina.

Há que se romper com os padrões estabelecidos, mesmo porque estes podem coibir, obstar a livre expressão de homens e mulheres. Entretanto, isso não implica criar e preestabelecer novos modelos de identidades masculinas e femininas. Estas pertencem a cada indivíduo que, no contexto e no tempo adequados, evidenciam-se conforme as necessidades.

Louro (2004), em seu livro “Um corpo estranho: ensaio sobre sexualidade e teoria *Queer*”, destaca como essa teoria nos permite identificar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez com que se apresentam as identidades feminina e masculina. Estas, na perspectiva de gênero, moldam-se em um cenário no qual se insere também a forma com que cada indivíduo lida com a própria sexualidade.

Bourdieu (2002) descreve como os membros de uma sociedade incorporam de modo inconsciente estruturas históricas e sociais de tal maneira que se naturalizam determinados comportamentos estabelecidos e as mudanças não se fazem de modo simples e harmônico. Sendo a dominação um dos elementos que compõem os universos masculinos, a transformação social requer mudanças nas representações sociais de dominados e dominantes em todas as dimensões, na organização dos espaços sociais e, como se refere Bourdieu, no *habitus* de cada indivíduo.

Para as pesquisadoras Schraiber e D’Oliveira (1999, p. 14), o masculino e o feminino “são constructos sociais que se contrapõem à noção da essencialidade dos comportamentos sociais com bases nas características sexuais: o homem poderoso e agressor; a mulher sempre desprotegida e vítima [...]”.

Outra categoria a ser inserida no debate sobre a inserção do professor na educação infantil é a questão da sexualidade.

2.2 SEXUALIDADE: UMA NOÇÃO A SER COMPREENDIDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Bock; Furtado e Teixeira (1995) esclarecem que para a psicologia a questão sexual é fonte de angústia para o jovem que inicia nesses segredos, devido aos aspectos morais a ela veiculados. Porém, o adulto e o idoso também sofrem com essa angústia. Áreas como a biologia e a medicina também tratam a questão da sexualidade sob os aspectos anatômicos e fisiológicos. A antropologia estuda sua evolução cultural, enquanto que a sociologia e a história apontam a gênese da repressão e do comportamento sexual. Hoje a sexologia é uma área específica dos estudos da sexualidade procurando englobar diferentes áreas do conhecimento.

Os autores comentam que:

Como a questão sexual envolve muitas disciplinas, a psicologia poderá responder só em parte às questões colocadas anteriormente. De acordo com a competência da psicologia, poderemos dizer o que é o prazer, que sentimentos vêm junto com a sexualidade e, mesmo, qual a diferença entre sexo e sexualidade. (BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, 1995, p. 222).

Segundo Grossi (2011) na cultura ocidental costuma-se associar a sexualidade ao gênero como se eles fossem colocados um ao outro e dessa forma, classifica-se indivíduos que mantêm relações sexuais ou afetivas com parceiros do mesmo sexo de homossexuais, a uma categoria que remete à ideia que de doença, perversão ou anormalidade, do ponto de vista ocidental. A sexualidade, denominada pela autora de práticas eróticas humanas, é culturalmente determinada e para a maioria das pessoas da nossa cultura, a heterossexualidade, é algo movido pelos instintos humanos em vista da sua autoperpetuação pela reprodução. Portanto, conforme a autora, as sociedades ocidentais veem sexo e reprodução como intrinsecamente relacionados entre si por considerar que a reprodução envolve apenas os indivíduos de sexos opostos que se relacionam sexualmente.

A autora assinala que no fim do século XX o desenvolvimento das chamadas novas tecnologias de reprodução abalou a crença de que a reprodução é um dom de Deus, oriundo da relação sexual entre um homem e uma mulher. Atualmente, diversos casais ou sujeitos isoladamente vêm buscando uma reprodução por inseminação

artificial ou fecundação *in vitro* desvinculando a sexualidade da reprodução.

Ainda, conforme Grossi (2011) existem culturas no planeta que mesmo sem a interferência de novas tecnologias de reprodução, as representações sociais sobre a mesma não se vinculam somente a uma exclusiva relação sexual entre dois sujeitos de sexo oposto. Em algumas sociedades tribais brasileiras, acredita-se que o embrião não cresce sozinho e que necessita ser alimentado pelo sêmen de um ou de vários homens que vão ser considerados pais sociais da criança.

Para Grossi (2011) são inúmeros os debates políticos e jurídicos acerca das novas tecnologias de reprodução, e aponta que já existe uma reflexão sobre a obrigatoriedade ou não de haver dois indivíduos de sexos diferentes para a reprodução biológica e social de uma criança. Com o nascimento da ovelha Dolly, clonada em 1997, surgiram reflexões desastrosas sobre a possibilidade da clonagem humana e algumas feministas lésbicas têm considerado a clonagem como um avanço tecnológico que possibilitaria que as mulheres se reproduzissem sem a interferência de um homem, uma vez que a técnica de clonagem precisa obrigatoriamente do óvulo feminino.

Sendo assim, a autora explica que começa a sugerir que a heterossexualidade não seja obrigatória nem necessária para a reprodução dos seres humanos. Da mesma forma que hoje se discute esse princípio, no fim do século XIX havia o pensamento de que o desejo sexual era uma característica exclusivamente masculina e que as mulheres copulavam apenas para os fins de reprodução da espécie e da família. Dessa forma, o prazer feminino era entendido como perigoso e patológico e a passividade e frigidez eram considerados comportamentos femininos naturais, ou seja, ideais.

Lopes (2008) afirma que tal como gênero, a sexualidade, configurou-se ao longo de um processo histórico e que teve como marco o século XVII, assinala que Foucault em seu estudo sobre a história da sexualidade evidencia a proliferação dos discursos que tem como foco a questão do sexo, e que se desenvolveu ao longo dos séculos seguintes.

Para Lopes (2008) a sexualidade é uma invenção do humano, se configura a partir de um determinado contexto cultural, de um determinado tempo histórico e que tem relação direta com a questão do prazer. Para tanto como afirma Lopes (2008, p. 149) a “sexualidade implica, por conseguinte, no reconhecimento da busca da satisfação dos desejos e da erotização. Transcende o sexo biológico ou genital se vincula ao prazer”.

Para Lopes (2008) é evidente que, em função das normativas sociais designadas aos papéis masculinos e femininos, bem como, frente ao que é permitido aos homens e

às mulheres, o contexto social, histórico e cultural contribui de modo significativo na conformação das sexualidades masculina e feminina, que, em última instância, influencia diretamente na configuração das identidades de mulheres e homens, e de tal forma vai delinear os campos de trabalhos de cada um na sociedade. Diante de tais questões é de fundamental relevância a discussão dessa temática de modo a romper com as estruturas sociais que impedem as escolhas e desempenhos profissionais.

3 METODOLOGIAS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS

O presente estudo propõe a análise da inserção do professor na educação infantil, na perspectiva das relações de gênero, dessa forma se estabeleceu como objetivo foi analisar os fatores sociais e culturais que envolvem a inserção e o trabalho do professor na educação infantil para compreender a exclusão e discriminações que envolvem o profissional masculino em salas de aula com as crianças de zero a cinco anos de idade. Trata-se de uma temática atual e necessária, uma vez que se percebe a ausência de professores nessa etapa de ensino da educação básica, para tanto a área da educação infantil é fortemente marcada pela presença feminina.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com professores pedagogos com habilitação em educação infantil. Foi utilizado um roteiro semi-estruturado, organizado sob quatro eixos: 1) dados de identificação, visando caracterizar os sujeitos, sua formação e tempo de trabalho; 2) a escolha profissional, buscando identificar as motivações para a escolha profissional, conhecimento sobre a área de educação infantil e; 3) o contexto do trabalho, buscando dados sobre o cotidiano dos docentes na educação infantil, relação sobre o cuidar e o educar e; 4) obstáculos encontrados – a discriminação de gênero, inqueridos sobre situações encontradas no desenvolvimento do trabalho, para entender seus pontos de vistas, as dificuldades e os obstáculos enfrentados para inserção na área.

Participaram do estudo três professores com idades de 33, 38 e 46 anos, todos com graduação em pedagogia, licenciatura plena e habilitação em educação infantil. Apenas um atuando diretamente na educação infantil. Outro no serviço de administração de uma escola, já atuou no trabalho em sala de aula com crianças, no entanto foi retirado da sala de aula para ser inserido no setor administrativo, se identifica como gay. E o terceiro também funcionário administrativo em uma instituição de educação infantil.

Na análise dos dados no eixo escolha profissional os participantes revelam especificidades em suas escolhas, em linhas gerais, inicialmente se deu pela falta de concorrência e facilidade do processo seletivo, e que tal modalidade de ensino parecia não apresentar uma perspectiva de muita responsabilidade no desenvolvimento das tarefas, fato que no decorrer da formação foi sendo eliminado, uma vez que tal modalidade se apresenta um tanto complexa.

Quanto à questão do contexto do trabalho os participantes foram inquiridos sobre dificuldades em serem incluídos no campo profissional. Suas respostas mostram que eles encontram resistências para o desenvolvimento das atividades, como por exemplo, o simples fato de acompanhar uma criança ao banheiro para realizar as necessidades fisiológicas eram cerceados, só poderiam executar tal ação se acompanhados de uma auxiliar ou assistente feminina. Um dos entrevistados assinalou a dificuldade em ser aceito pela comunidade, tanto administrativa quanto dos familiares, para ser inserido na sala de aula. Revelou que percebeu certa discriminação e preconceito na gerencia e comunidade.

Eles percebem o espaço da educação infantil como feminino e justificam salientado que as ações ali desenvolvidas são destinadas às mulheres uma vez que as mesmas apresentam capacidade e facilidade em educar e cuidar dos filhos. Tais justificativas demonstram a naturalização marcante na sociedade dos papéis masculinos e femininos na sociedade.

Os participantes demonstram em suas respostas que encontram obstáculos para serem inseridos no mercado de trabalho em função de suas identidades masculinas. Um dos entrevistados contou que em diversas ocasiões ouviu de mães que não queriam suas filhas cuidadas e educadas por um homem. Um dos entrevistados argumenta que a pedofilia muito comentada na mídia pode ser um dos obstáculos para a inserção do professor na educação infantil.

As falas dos professores entrevistados revelam as dificuldades para que o profissional masculino tenha uma participação mais efetiva na educação básica e o mercado de trabalho na área da educação infantil se apresente como um campo de atuação dos professores. No entanto, percebe-se que os mesmos também trazem uma concepção marcadamente influenciada por sentidos e significados sociais e historicamente produzidos de que o cuidar e educar crianças pequenas é uma atribuição feminina, demarcando a necessidade de ainda realizar debates e formação de uma nova perspectiva do trabalho dos diferentes sexos na educação infantil.

REFERÊNCIAS

- BELOTTI, E. G. **Educar para a submissão: O descondicionalismo da Mulher**, 6ª edição, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- BOCK, A.M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1995.
- BOURDIEU, P.. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CAMPOS, M. N., PATTO, M. H. S. E MUCCI, C. A Creche e a Pré-escola. **Cadernos de Pesquisa**, n^o 39, São Paulo, nov. 1981.
- CARLOTO, C. M. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. Disponível em <http://www.ssrevista.uel.br>. Acesso em 29.05.2011.
- CECCARELLI, P. R. **A construção da masculinidade**. Disponível em <http://www.ceccarelli.psc.br/artigos>. Acesso em 30 junho de 2011.
- CECCHETO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004.
- CONNELL, R. W. On men and violence. In: WRITTEN FOR THE UNITED NATIONS INSTRAW VIRTUAL SEMINAR SERIES ON MEN'S ROLES AND RESPONSIBILITIES IN ENDING GENDER-BASED VIOLENCE, 2001, Sydney. **Anais...** Sydney: University of Sydney, 2001. Disponível em: <http://www.health.columbia.edu/pdfs/on_men_violence.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.
- GOMES, R. Masculinidades. **Ciência e saúde coletiva**, v.10, n.1, p.261-262, mar. 2005.
- GOMES, R. Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. **Ciência e saúde coletiva**, vol.8, n.3, p. 825-829. 2003.
- GOMES, R.; NASCIMENTO, E, F. do. A produção do conhecimento da saúde pública sobre a relação homem-saúde: uma revisão bibliográfica. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, n. 5, p. 901-911, maio 2006.
- GROSSI, M. P. **Identidade de gênero e sexualidade**. Disponível em <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br>. Acesso em 30 junho de 2011.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Disponível em; <http://www.scielo.br>. Acesso em 29 de julho de 2011.
- LAURENTIS, Teresa de. **Technologies of gender: essay on the theory, film and fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1987
- LOPES, Z. de A. **Representações sociais acerca da violência de gênero: significados das experiências vividas por mulheres agredidas**. Tese, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP – Dep. de Psicologia e Educação. Ribeirão Preto, 2009.

- LOPES, Z. de A. Identidade feminina: uma questão de gênero ou de sexualidade? In SILVA, A. L. G. da; SOUZA, C. C. de; MELO, E. M.; et al. (orgs). **Concepções pedagógicas**: Fundamentos, metodologias e didática. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.
- LOPES, Z. de A. **Meninas para um lado, meninos para outro**: um estudo sobre representação social de gênero de educadores de creche. Campo Grande: UFMS, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidades e violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea**. Brasília: UNB, 2001. Série Antropológica. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie290empdf.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2008.
- NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- NORONHA, C. V.; DALTRO, M. E. A violência masculina dirigida para Eva ou Maria? **Caderno de Saúde Pública**, v. 7, n. 2, 1991. Disponível em: <<http://scielo.br/scielo>>. Acesso em: 05 maio 2006.
- OCDE. **Educação e Cuidado na Primeira Infância**: Grandes desafios. Brasília: UNESCO Brasil/Ministério da Saúde, 2002
- PASCAL, C.; BERTRAM, A.; HEASLIP, P. Mudanças no contexto da formação do educador infantil na Europa. In: ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M. **Creches e Pré-Escolas no Hemisfério Norte**. São Paulo: Editora Cortez/ Fundação Carlos Chagas, 1998.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, C.; BRUNS, M. A. de T. **A educação sexual pede espaço**. São Paulo: Omega, 2000.
- SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. Violence against women: interfaces with health care. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v. 3, n. 5, 1999.
- SCHRAIBER, L. B.; GOMES, R.; COUTO, M. T. Homens e saúde na pauta da saúde coletiva. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan./mar. 2005.
- SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.
- SOUZA, M. I. de. **Homem como professor**: sentidos e significados atribuídos pelos diferentes atores institucionais. Dissertação de Mestrado apresentado à faculdade de Ciências e Letras Ribeirão Preto/ USP. Ribeirão Preto, 2010.
- VIEZZER, M. **O Problema não está na Mulher**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.
- VILLELA, W. Gênero, saúde dos homens e masculinidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, n.1, p. 29-32, mar. 2005.
- YANNOULAS, S. C. Iguais mas não idênticos. **Estudos feministas**, n. 1, 1994.